



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo III

O Socialismo no Mundo Contemporâneo

Aula 3

O Socialismo no “Tereiro Mundo”

SOCIALISMO NO TERCEIRO MUNDO

Luiz Bernardo Pericás

Falar do marxismo no Terceiro Mundo, tanto em termos gerais como detalhadamente, não é tarefa fácil. São vários os motivos. Primeiro, a escolha do período a ser abordado. Desde o final do século XIX, o “socialismo científico” se espalhou por todos os continentes. Se, por um bom tempo, as correntes anarquistas e anarco-sindicalistas predominavam no movimento operário, o marxismo, ainda assim, era discutido por diversos teóricos dos países subdesenvolvidos e ganhou enorme impulso após a Revolução de Outubro. Depois do triunfo da revolução russa, ficou nítida a força que os partidos comunistas teriam dali para frente: vários PCs foram gradualmente sendo criados e incorporados à Terceira Internacional, penetrando com sua influência nas faculdades e nas fábricas, e acabando por eclipsar de vez os seguidores de Bakunin e Malatesta. Em poucos lustros, ganharam a hegemonia no campo da esquerda em muitas nações. Intelectuais socialistas de peso surgiram nos cinco continentes, alguns se destacando por reelaborar e “nacionalizar” o marxismo a partir da leitura de fontes variadas (muitas vezes, inclusive, com abordagens culturalistas e literárias) e usando como base de suas análises a realidade nacional e o processo histórico específicos de seus países. Na América Latina, por exemplo, na primeira metade do século XX, é possível citar, entre os teóricos que mais se



sobressaíram, nomes como os de José Carlos Mariátegui (Peru), Lombardo Toledano (México), Julio Antonio Mella (Cuba), Tristán Maróf (Bolívia) e Caio Prado Júnior (Brasil), entre muitos outros. Enquanto vários Partidos Comunistas pró-soviéticos seguiam a linha ortodoxa imposta pelo Comintern, alguns pensadores e dirigentes, ligados ou não a estas estruturas aparelhistas, elaboravam interpretações criativas e originais sobre os problemas e possíveis soluções para as contradições e desigualdades em seus territórios. Temas como o imperialismo, a questão agrária, o indigenismo e a questão nacional e colonial estavam em voga, assim como as preocupações tradicionais, como o aumento dos salários, o direito à greve, a proibição do trabalho infantil e melhores condições de segurança para os operários nas indústrias. Ainda que, em geral, lessem pouco, os dirigentes e os trabalhadores conheciam (mesmo de segunda mão e com pouca profundidade e compreensão), os trabalhos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Bukharin, Preobrazhensky e alguns outros.

Como é possível perceber, desde muito cedo, os movimentos de libertação nacional e os acirrados debates políticos e teóricos já estavam presentes nas lutas internas para se construir um modelo de desenvolvimento alternativo na periferia do capitalismo avançado. Falar de todos eles, com detalhes, seria inviável num artigo como este. Por isso, delimitaremos o período de análise do final da Segunda Guerra Mundial ao final dos anos 1980, período este, não obstante, também relativamente extenso. Nesta fase, boa parte do mundo era socialista. A União Soviética (o maior país do mundo); a China (com a maior população do planeta); toda a Europa Oriental; a Iugoslávia e a Albânia, nos Balcãs; o Vietnã, o Camboja e a Coreia do Norte, na Ásia; diversos países africanos, como Angola e Moçambique; e Cuba e Nicarágua, na América Latina. O socialismo avançava em todo o planeta e parecia, em determinado momento, que poderia triunfar mundialmente.

Mas aí surge outro problema. A partir do segundo pós-guerra, dezenas de países foram palco de lutas intensas pelo socialismo (seja através da via eleitoral, seja pela via armada), com a participação de



partidos, movimentos sociais, guerrilhas e intelectuais. Os atores políticos foram numerosos, representando uma vasta gama de colorações ideológicas e um amplo espectro de posições e apoios sociais. Seria, igualmente, impossível, num texto destas dimensões, detalhar cada um destes exemplos, especialmente quando se trata de empreitadas que ocorreram em lugares tão distantes quanto a Ásia, a África e a América Latina. Por isso, iremos mostrar as *principais* linhas de atuação, tendências políticas e influências ideológicas ocorridas entre os socialistas dos países do Terceiro Mundo neste período.

Assim, é possível delinear aqui *alguns* “momentos” emblemáticos neste interregno, “momentos” que certamente influenciaram o processo de disseminação do socialismo na “periferia” do mundo. São eles a revolução chinesa e sua expressão teórica, o maoísmo; a descolonização africana; a guerra do Vietnã; a revolução cubana; e o castrismo.

Certamente houve outras linhas ideológicas, em geral, *variáveis* ou mutações destas. No campo da esquerda, o maoísmo, o titoísmo, o trotskismo, o nasserismo, o panafricanismo, o panarabismo, o peronismo, o mariateguismo, o guevarismo e o castrismo, por exemplo, muitas vezes tomaram formas diferentes, se desmembraram, foram *adaptados* e *reelaborados*, e muitas vezes, até mesmo, *combinados*, acabando por constituir, em algumas ocasiões, tendências híbridas e confusas.

Com a revolução chinesa, em 1949, foram abertas novas possibilidades para se enfrentar a hegemonia do PCUS no mundo. Afinal, o maoísmo, ao contrário de outras correntes minoritárias dentro do marxismo, tinha por trás um partido disciplinado e um país de enormes proporções e potenciais.

Os chineses, com o tempo, iriam se “rebelar” contra os soviéticos e se mostrar como uma alternativa política aos interesses da URSS. Enquanto muitos ativistas marxistas no Terceiro Mundo



começavam a ver uma calcificação e petrificação do aparelho burocrático da União Soviética, olhavam com interesse para o “Império do Centro”, que se mostrava mais ousado em suas atitudes contra o imperialismo, assim como uma “genuína” opção “moral” e “ética” na construção do socialismo. Esse suposto “voluntarismo” dos chineses seria atacado pelos russos, que os chamariam de “aventureiros” e até mesmo “trotskistas”. Por outro lado, os comunistas chineses iriam classificar o “socialismo” soviético como conservador, autocentrado, revisionista e antirrevolucionário. Os chineses, portanto, seriam completamente contra a política soviética de “socialismo em um só país” e da “coexistência pacífica”. Também foram muito críticos na questão do sistema de incentivos. Durante a era Khrushchev, o governo chinês afirmou num documento que o dirigente soviético, “preconizando o estímulo material, reduziu as relações entre os homens a relações de dinheiro e desenvolveu o individualismo e o egoísmo. Foi ele que rebaixou o trabalho manual e rendeu glórias aos prazeres auferidos com apropriação dos frutos do trabalho alheio. O clima moral e os costumes encorajados por Khrushchev estão a 10 mil léguas do comunismo”. Quando Kossigin e Brejnev assumiram o poder, os chineses, sempre a favor dos estímulos morais, continuaram suas duras críticas...

O Partido Comunista Chinês começou inspirado no tradicional modelo leninista, mas rapidamente se adaptou às condições locais. É bem verdade que Mao provavelmente conheceu Marx através de Lênin, e deste tirou parte da inspiração para sua luta revolucionária. Assim, ele poderia defender uma revolução num país atrasado em termos materiais, que apresentava uma realidade estrutural muito distante daquela dos países de capitalismo avançado na Europa, por exemplo. Em outras palavras, a revolução socialista poderia triunfar em qualquer lugar, independentemente de seu estágio de desenvolvimento industrial. Neste caso, seria possível, também, fazer com que duas fases revolucionárias distintas, a “democrático-burguesa” e a “socialista-proletária”, pudessem se mesclar numa só, sem um intervalo de tempo, nem uma base material sólida ou prosperidade econômica. Tudo



isso, realizado pelo *partido*. O voluntarismo do *indivíduo* e do *partido*, assim, seria uma marca forte no maoísmo.

Para o “marxismo” de Mao, nacionalismo e comunismo andariam juntos. Não é estranho, portanto, que houvesse uma grande identificação entre a “Nova China” e as lutas de libertação e soberania nacional no Terceiro Mundo. Se havia uma aproximação com o “nacionalismo” terceiro-mundista, havia também, paradoxalmente, a exaltação do “internacionalismo”, na medida em que a China se sentia na obrigação de promover e apoiar a revolução a nível global. A revolução chinesa, afinal de contas, seria apenas *parte* de uma revolução maior, mundial.

O painel histórico e social chinês exigia um instrumento político que tivesse também um caráter *didático* permanente. Se era a vanguarda das lutas proletárias e camponesas, cumpriria também a função de ensinar, dirigir e organizar as massas rurais. A função histórica da realização da revolução socialista, assim, seria transferida do operariado urbano para o partido e para o campesinato.

Se no início havia uma ligação clara com a URSS e com o stalinismo, por motivos óbvios, a China gradualmente foi lutando por sua autonomia em termos materiais e ideológicos. Isso já havia começado com as elaborações de Mao em relação à estratégia militar da revolução, na primeira metade da década de 1930; na resistência ao invasor japonês, de 1937 a 1945; e depois do triunfo da revolução, em 1949, quando começou a construir seu próprio modelo de socialismo.

Uma premissa básica do maoísmo é que a luta de classes (pelo menos no caso chinês) só podia ser realizada através das armas, como sempre havia se constatado historicamente naquele país, que tradicionalmente fora palco de revoltas camponesas. Neste sentido, partido e “exército vermelho” trabalhariam juntos, como uma só organização. Esta “vanguarda” combinada seria a responsável por elaborar um trabalho didático e organizacional entre o campesinato. Tudo isso numa perspectiva de guerra popular prolongada.



O socialismo chinês, assim, só poderia ser construído a partir de uma clara ruptura com o passado. Ou seja, novas relações sociais e de “produção”, como a reforma agrária de 1949; as cooperativas agrícolas em 1952; as comunas em 1958; e as brigadas de produção, em 1959. Formas coercitivas de trabalho e imposições de diretrizes partidárias poderiam se assemelhar, em alguns casos, às práticas stalinistas, ainda que não fossem tão exarcebadas e características como no caso soviético. Afinal de contas, a prioridade do PC chinês era a utilização de técnicas como a “doutrinação”, o “convencimento”, a autocrítica e as denúncias. Ainda assim, a *chave* do método de controle maoísta residia no apoio de massa. Em outras palavras, a constituição de um aparato que tivesse o suporte do exército, dos estudantes e do populacho para preservar seu ideário e suas conquistas. Mas, novamente, paradoxalmente, muitos elementos tradicionais chineses seriam levados em conta nas elaborações do partido e de seu principal dirigente...

Algumas das características mais marcantes do maoísmo foram o apelo a uma mobilização *permanente* da população, a partir de palavras de ordem revolucionárias; rigoroso controle das massas; denúncia do privilégio social, mas, ao mesmo tempo, monopólio do poder ao partido e o culto à personalidade de Mao; tentativa de se formular uma ideologia dialética, com influências ocidentais e das próprias raízes chinesas; e a defesa de *alguns* ideais democráticos (principalmente na educação), mas, concomitantemente, a imposição de uma ditadura burocrática distante da maioria da população. O maoísmo também acreditava que a natureza do imperialismo nunca mudaria. Portanto, o imperialismo incitaria à guerra: enquanto ele existisse, esta seria inevitável. Por isso, a luta armada seria *necessária* contra o imperialismo, enquanto a luta de classes, um instrumento fundamental de mudança social.

Como falamos anteriormente, muitos dos líderes e dos intelectuais que se destacarão entre 1945 e 1989, em todo o Terceiro Mundo, moldaram seu ideário, paulatinamente, nos anos precedentes, sendo



ou não membros de partidos que já estavam estruturados havia décadas, e lendo autores que haviam participado das lutas políticas em suas nações no começo do século. Ou seja, a difícil e prolongada “batalha” pelo triunfo do socialismo no Terceiro Mundo não começou no final da década de 1940, mas sim, foi parte de um processo longo, que se estendeu por muitos lustros. E se deu em países, em grande medida, agrários, onde a maioria da população era composta de camponeses, população esta, como se pode imaginar, majoritariamente rural. Mas, como diria Jacob Gorender, “as lutas camponesas tendem por si mesmas ao isolamento regional e só saem dele quando se associam a uma causa nacional. Na China, foi a guerra antijaponesa que transformou o exército de Yenam numa força capaz de derrubar Chiang-kai Chek. No Vietnã, a luta camponesa se identificou à guerra de libertação contra o colonizador francês. O mesmo na Argélia. Em Cuba, a guerrilha encontrou o terreno preparado pelo movimento nacional contra a ditadura de Batista. Na Nicarágua, a vitória foi o fruto da luta nacional contra a ditadura Somoza, travada pelas três correntes guerrilheiras unificadas no campo e em Manágua”. E então: “Os casos contrários, de guerrilhas rurais mantidas em prolongado confinamento local ou regional, são ilustrativos: Colômbia, Guatemala, Peru, Filipinas. O caso de El Salvador fica à parte: ali, a guerrilha só não venceu... por causa da intervenção maciça dos Estados Unidos”.

Neste contexto, as lutas de libertação nacional se disseminaram em todo o Terceiro Mundo. Tiveram destaque aquelas na África, em seu processo de descolonização das potências européias, como na Argélia, Congo belga, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Na América Central, guerrilhas em El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua foram extremamente ativas, e, num dos casos, triunfante. E na Ásia, o Vietnã, Laos e Camboja se viram em guerra contra a intervenção norte-americana e na luta pela soberania e pelo socialismo. Especialmente no meio asiático, os chineses tiveram participação ideológica e material nos processos em curso. A luta contra o invasor estrangeiro funcionaria, assim, como catalisador para mudanças maiores, que se processariam durante o período de libertação.



Um exemplo emblemático foi a participação chinesa na guerra da Coreia. Tropas estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, acreditavam que ganhariam o conflito e dominariam completamente a península coreana (após expulsar os norte-coreanos do Sul, em sua luta pela unificação do país), até que, inesperadamente, sem que ninguém pudesse acreditar, milhares e milhares de soldados chineses foram enviados para combater na região. Foi a ajuda internacionalista chinesa que garantiu que a Coreia do Norte se mantivesse “independente” e socialista...

No Vietnã, os vietmihns e os vietcongs, liderados por Giap e Ho Chi Minh, puderam expulsar os colonialistas franceses e os imperialistas norte-americanos de seu território e unificar o Vietnã do Sul e Vietnã do Norte, fazendo com que voltassem a constituir um só país, desta vez, inteiramente comunista. A China, contudo, iria intervir, mais tarde, militarmente naquele país. Para Ernest Mandel, “qualquer desenvolvimento autônomo político e ideológico, em qualquer Estado operário, independente do nível imediato das mobilizações de massas lá existentes, é visto como uma ameaça direta à direção do Kremlin, incluindo seu governo na URSS. Qualquer forma de desenvolvimento autônomo político e ideológico, em qualquer Estado operário asiático, é igualmente visto por Pequim como uma ameaça ao seu governo, principalmente no interior da China. E, qualquer desenvolvimento autônomo político e ideológico em qualquer país indochinês ou da vizinhança, é igualmente visto por Hanói como uma ameaça ao seu governo, compreendendo todo o Vietnã. Nisso, e em nada mais, repousam as raízes políticas objetivas de possíveis guerras entre Estados operários burocratizados”.

É difícil, contudo, associar, de forma realista, o ideário e prática de outros grupos políticos, como o Kmer Vermelho de Pol Pot e Ieng Sarim, no Camboja (de origem stalinista), vitorioso a partir de 1975, com qualquer traço do marxista original. O agrarismo exacerbado; o ódio à civilização ocidental e à industrialização; o desprezo pelos intelectuais; o trabalho forçado; a eliminação física de todos os elementos que faziam parte do aparelho estatal “burguês” anterior; a dispersão da população



urbana; a coletivização obrigatória (contrária às tradições camponesas históricas daquele país); a supressão completa, por um tempo, de todas as formas de comércio e dinheiro; e o massacre de milhões de pessoas, indicam que aquelas experiências estavam muito distantes das idéias de Marx e Engels. Alguns chegaram a classificar o regime cambojano de “governo contra-revolucionário capitalista” que ameaçava a revolução vietnamita, algo que realmente não procede neste caso. O que não exime os dirigentes do Khmer de sua culpa. Toda a experiência pseudo-socialista do Camboja foi um enorme fracasso, uma verdadeira e profunda aberração e excrescência política. O resultado foi a fome generalizada, desnutrição e epidemias em todo o país. Sem contar com assassinatos em massa. Os transportes, os suprimentos médicos, os hospitais e o sistema educacional foram completamente destruídos. A repressão não poupava ninguém, incluindo aí mulheres e crianças. Como se pode imaginar, não houve qualquer desenvolvimento econômico neste período...

A influência dos chineses se estendeu também para a África e América Latina. No continente africano, enviaram armas e assessores para apoiar guerrilhas no Congo e outras partes. Che Guevara também foi lutar naquele país, em meados dos anos 1960, enquanto mais tarde, tropas cubanas foram fundamentais para expulsar os mercenários sul-africanos de Angola e de garantir a continuidade do governo socialista naquela nação.

Depois da Segunda Guerra Mundial, houve um acelerado processo de descolonização africana. As antigas colônias da França, Bélgica, Portugal e Inglaterra se rebelaram contra seus antigos “senhores” e conseguiram, a custo de muitas batalhas e sangue, obter a independência. O socialismo parecia ser o caminho a seguir para muitos destes novos países. Muitas organizações de luta de libertação nacional surgiram, como a MPLA, a FLN e a Frelimo. Importantes líderes revolucionários ficaram conhecidos internacionalmente, como Agostinho Neto e Samora Machel, só para citar dois dos mais famosos. Este “socialismo africano”, desenvolvido no processo de descolonização e depois, no



período de construção da nova realidade política, era inspirado em uma diversidade de fontes, principalmente o leninismo, assim como pensadores contemporâneos, como Fanon e Guevara.

O presidente de Gana, Nkrumah, dizia que só havia um tipo de socialismo. Afirmava que “a nossa ideologia socialista, o nkrumahísmo, é a aplicação dos princípios do socialismo científico ao nosso *milieu* africano”. Um documento oficial do governo do Quênia dizia que “na expressão “socialismo africano”, a palavra “africano” não é introduzida para descrever um continente a que uma ideologia alienígena deve ser transplantada. Tem a intenção de se referir às raízes africanas de um sistema que é, em si mesmo, africano nas suas características”.

Socialismos “nacionais”, “árabe”, “africano tradicional”, “pragmático” e “empírico” foram todos termos usados pelos governos “revolucionários” africanos. Para os líderes daqueles países, o socialismo seria importante no seu empenho pela unidade nacional, dentro da moldura de um Estado moderno e eficiente. E como uma forma de garantir a estabilidade política dentro de seus territórios. Afinal, as sociedades “multitribais” africanas se livraram do peso colonial e tinham de construir novas bases políticas e econômicas, a partir da infra-estrutura administrativa herdada dos países centrais, mas com uma situação financeira bastante caótica e desigual. Seria importante, assim, “modernizar” essa máquina administrativa e seus instrumentos políticos, tentando ao mesmo tempo, proporcionar um desenvolvimento econômico acelerado em cada uma daquelas nações.

Muitas vezes, o termo “socialismo” equivalia, para aqueles dirigentes, a “desenvolvimento econômico”. O próprio Nkrumah dizia que o capitalismo era “um sistema demasiadamente complicado para ser utilizado por uma jovem nação independente. Daí a necessidade de uma sociedade socialista”. Para ele, “os pressupostos e objetivos do capitalismo são contrários aos da sociedade africana. O capitalismo significaria uma traição à personalidade e à consciência da África”. Ou seja: “Com pouco ou nenhum capital para investimento de nossa parte, com um pequeno grupo de técnicos (ambas as



ocorrências produto de décadas de colonialismo), temos de mostrar ao nosso povo que o índice mais rápido de desenvolvimento, acompanhado de uma distribuição humana das dádivas do progresso, só pode ser conseguido seguindo-se o roteiro socialista do desenvolvimento”.

Já o presidente Dacko, da República Centro Africana, insistia que “não há capitalismo africano... Assim, em obediência à própria força das coisas, estamos agindo em direção à economia socialista, com o Estado intervindo cada vez mais”. E o ministro do Planejamento e Economia mali, Seydou Kouyate, declarava: “Não se pode ser capitalista quando não se tem capital”.

A retórica do socialismo funcionaria, assim, como uma andaime ideológico, uma forma de se alcançar o poder político: as elites locais viam o sistema de partido único como um instrumento político que poderia render boas garantias para sua longevidade no poder e como forma de assegurar que os investimentos nos setores importantes da economia nacional fossem alocados devidamente. Esse novo painel político também necessitava de uma “ideologia” que pudesse se moldar ao contexto africano, e o “socialismo” poderia cumprir este papel também.

Os partidos comunistas dos países de capitalismo avançado poderiam ter ajudado seus novos camaradas africanos. Mas não o fizeram de forma contundente. Os comunistas franceses, por exemplo, eram contra a criação de um Partido Comunista Africano, ainda que achassem que “isso não quer dizer que os africanos não estejam suficientemente *evolués* e educados a fim de se mostrarem aptos a criar um Partido Comunista. Isso se deve simplesmente ao fato de que tal partido não estaria aparelhado para a espécie de luta que os comunistas têm de levantar no presente, dentro da África tropical”. Para eles, a libertação da África teria de esperar pela libertação da França...

Os africanos, certamente, não tinham tempo a esperar que europeus decidissem o que era melhor para eles. Como acusava o presidente Léopold Senghor, “presentemente é um lugar-comum que o padrão de vida das massas européias só se pode elevar à custa do padrão de vida das massas na



Ásia e na África. A economia das nações européias consiste fundamentalmente em vender produtos manufaturados aos países subdesenvolvidos a preços altos e a comprar matéria-prima deles ao menos preço possível... Numa palavra, o proletariado europeu tem tirado proveito do sistema colonial: portanto, não se opôs nunca... a esse sistema”.

Em discussões sobre a obra de Marx, Senghor demonstrava interesse no “jovem” Marx, e via semelhanças entre algumas de suas idéias e a “gnosologia negro-africana”, enquanto Sékou Touré achava que “no marxismo, os princípios de organização, democracia, controle... tudo que é concreto e se refere à vida orgânica de dados momentos pode ser perfeitamente bem adaptado às condições presentes na África. Mas teríamos fracassado –está escrito há muito tempo-, se nos tivéssemos encerrado numa filosofia abstrata. Digo que a filosofia não nos interessa. Temos de enfrentar fatos concretos”. De acordo com as palavras de Aimé Césaire, o objetivo seria “não tanto a de tornar marxista a África, mas a de fazer que o marxismo seja africano”.

Isso quer dizer que houve uma forte preocupação em “adaptar” e “nacionalizar” o marxismo no continente. O “socialismo africano”, portanto, foi uma tentativa de afirmar a “originalidade”, a “singularidade” e a “personalidade” da África; de afirmar a “independência” ideológica e política do continente; e de afirmar sua abertura ideológica e flexibilidade de adaptação de distintos conceitos ocidentais em sua própria realidade.

Era comum que muitos teóricos africanos insistissem que o “socialismo africano” era baseado, principalmente, nas tradições supostamente socialistas do próprio continente. Sua visão do socialismo era, em boa medida, ligada aos aspectos morais e éticos do povo africano. Para Nkrumah, seria fundamental “dar uma expressão filosófica ao socialismo que servirá para preservar os princípios válidos universalmente da ideologia, dentro do contexto da história africana, das suas tradições e aspirações. Em resumo, o socialismo inclui a restituição dos princípios igualitários e humanísticos



inerentes à vida tradicional africana, dentro do contexto de uma sociedade tecnológica moderna, que serve às exigências de bem-estar de todo o povo”.

Mas, em sua análise muito particular da realidade do continente, alguns destes líderes chegavam ao ponto de que na África não existiam classes sociais, o que permitiria que a questão social fosse abordada de uma forma especial. Diria Senghor que “as realidades da África ocidental são as que caracterizam um país subdesenvolvido –terras de camponeses aqui, campos de cultura de gado acolá-, que já foram feudais, mas tradicionalmente sem classes e sem qualquer espécie de setor de remuneração de salário”. Para este teórico e dirigente, “não há classes na nossa sociedade. Mas a análise revela certa tendência, um movimento real em direção à formação de classes”.

Numa análise similar, Touré afirmava que não aceitava de forma alguma “a luta de classes, por causa da identidade africana social de grupos na sua identidade de condições de vida e na falta de diferenciação em classes antagônicas, e por causa ainda da alienação política e econômica em que os povos da África tropical no presente se encontram”. De acordo com ele, portanto, “a classe operária colonial também é a fração burguesa do povo colonizado”. Esta era, é claro, uma análise muito particular...

Ao longo dos anos, foram surgindo e se consolidando uma elite econômica corrupta e uma casta burocrática naqueles governos. E a pobreza e o subdesenvolvimento continuaram...

O socialismo africano, portanto, pode ser caracterizado pelo nacionalismo; anticolonialismo; planejamento econômico; luta contra o imperialismo; defesa da “negritude”; luta pela autonomia política e econômica; tentativa de se manter equidistante e relativamente independentes das grandes potências; e a tentativa de se construir um novo modelo a partir das tradições dos próprios países.



Já na América Latina, o grande evento do século XX (talvez mesmo um divisor de águas) foi a revolução cubana. Liderada por Fidel Castro, Raul Castro, Camilo Cienfuegos e Che Guevara, entre outros, a revolução, que triunfou em 1959, iria inspirar toda uma geração de militantes na região.

Começando como uma revolução democrática contra a ditadura de Fulgencio Batista, com diversas forças políticas aliadas no campo e na cidade lutando juntas (como estudantes, trabalhadores, sindicalistas, camponeses, estratos médios urbanos, intelectuais e guerrilheiros), logo transitou para o socialismo. A aliança com a União Soviética foi praticamente inevitável. A partir da aproximação dos dois países, o governo da ilha acreditava que poderia ao mesmo tempo ter maiores garantias de defesa de sua soberania contra uma possível invasão norte-americana, assim como também possibilitar um desenvolvimento industrial acelerado e uma ampla diversificação da economia. Com a crise dos mísseis, em 1962, muitos, como Che Guevara, se decepcionaram com a capitulação soviética diante dos Estados Unidos. Mas isso não foi o suficiente para afastar as duas nações.

Ao longo dos anos, Cuba e URSS mantiveram laços estreitos de amizade, com um sistema de trocas desiguais, em que a ilha caribenha fornecia açúcar a preços inflacionados para os soviéticos, e estes, em contrapartida, vendiam petróleo por um valor mais barato que o do mercado internacional. A URSS também treinou e equipou as Forças Armadas cubanas, assim como ajudou a instalar diversas fábricas, que, em geral, produziam produtos de má qualidade se comparados com os dos países capitalistas.

Entre os principais críticos da atuação soviética em relação à ajuda aos países do Terceiro Mundo estava Che Guevara, que fora presidente do Banco Nacional e ministro das Indústrias da ilha. Ao observar a falta de interesse dos russos em fornecer armas e apoio militar aos movimentos de libertação nacional nos países da periferia do capitalismo avançado, ele começou a ser visto com desconfiança pela URSS, que, em alguns momentos, chegou a considerá-lo um “trotskista”, um



“maoísta” e um “aventureiro”, o que não era verdade neste caso. Com seu espaço de atuação dentro do governo cubano cada vez mais limitado, Guevara iria lutar no Congo (após o assassinato de Lumumba) e em seguida na Bolívia, onde tentaria criar “dois, três, muitos Vietnãs”, com o objetivo de enfraquecer os Estados Unidos militar e economicamente (ao forçá-lo a dispersar suas tropas em diversos lugares do planeta), como também possibilitar o surgimento de uma retaguarda para a revolução cubana. Para ele, se vários países da América Latina se tornassem socialistas, aumentariam as possibilidades de sobrevivência e fortalecimento do regime cubano. Guevara certamente não confiava nos soviéticos...

Por outro lado, entre 1950 e 1960, a China fez um enorme esforço de propaganda na América Latina, ainda que a literatura política vinda da URSS ainda fosse predominante entre os grupos de esquerda do continente. Mesmo que nos primeiros anos da década de 1950 os chineses ainda não tivessem nem os recursos materiais nem um interesse mais aprofundado na região, começaram a intensificar suas atividades à medida que percebiam a importância de uma postura mais ativa entre os movimentos de esquerda que começavam, aos poucos, a incomodar os Estados Unidos. Esta política também criava uma posição favorável à China entre os latino-americanos, sendo um contraponto à influência soviética.

Já em 1958, o primeiro-ministro Chu En-lai afirmava que os povos da América Latina representavam a vanguarda da luta contra o imperialismo. Mesmo com a vitória da revolução cubana, eles ainda acreditavam ter uma participação maior no campo da propaganda ideológica do que necessariamente no apoio direto à guerrilha.

Na metade de 1960, contudo, um artigo do periódico *Hung Ch'i* (Bandeira Vermelha), órgão oficial do CC do PC chinês, exaltava a guerra de guerrilhas em Cuba e apontava aquele país como exemplo para todo o continente. A propaganda chinesa na América Latina tinha como objetivos principais difundir um sentimento anti-americano na região, propagar o modelo maoísta de luta



revolucionária e melhorar a imagem de seu país para conseguir eventuais apoios nos foros internacionais. Entre as diferentes formas de intercâmbio “cultural”, houve um grande aumento no número de chineses visitando países da América Latina, assim como diversas delegações latino-americanas indo para a China. Lá, essas delegações, compostas por artistas, intelectuais, jornalistas e dirigentes políticos, visitavam cidades, povoados, plantações e fábricas, eram apresentadas a importantes líderes chineses e encorajados a escrever sobre os progressos da “Nova China” em seus respectivos países. Os chineses, igualmente, começaram a mandar seu pessoal para a América Latina, como estudantes, dançarinos, músicos e até uma ópera. Uma grande quantidade de publicações chinesas para o espanhol começou a ser distribuída na região, enquanto autores como Euclides da Cunha, Jorge Amado, Pablo Neruda, Ricardo Güiraldes, Nicolás Guillén e José Martí, entre outros, tiveram suas obras traduzidas para o chinês. Com as restrições impostas por diversos governos da América Latina aos materiais de propaganda chineses e o ataque dos soviéticos às políticas do “Império do Centro”, a influência da China no continente diminuiu relativamente, mesmo havendo adeptos em alguns partidos maoístas da região, que tinham pouca influência nas lutas políticas da época.

Na Bolívia, Guevara tentou, sem sucesso, conseguir o apoio do PC-ml (maoísta), partido fundado em 1965 por Oscar Zamora. Para aquele dirigente, seria necessário promover uma guerra popular, que deveria ser, como se pode imaginar, liderada por seu partido. Alguns dissidentes do PC-ml lutaram no ELN junto a Guevara, mas nenhum deles estava mais vinculado formalmente ao partido.

Os dirigentes maoístas na América Latina defendiam basicamente que se devia colocar a política em primeiro plano na condução da guerra *popular* (sempre tendo uma direção “marxista-leninista”), desprezando todas as correntes consideradas por eles “contra-revolucionárias” ou revisionistas. Ou seja, “partido”, “frente popular” e “exército popular revolucionário” teriam de estar unidos pela “ideologia” marxista-leninista. Para os maoístas latino-americanos, a guerra popular



representaria uma *luta política de massas por meio das armas* para sua libertação. O trabalho político no meio das massas seria, portanto, *inseparável da atividade militar*, e deveria ocorrer *antes e durante* a luta armada. A “guerra popular” se desenvolveria em três etapas: a “guerra de movimentos”, a “guerra de guerrilhas” (ligada aos levantes camponeses) e a “guerra de posições”: ou seja, a tomada das cidades pelo campo.

Guevara em grande medida concordava com os preceitos da “guerra popular”. Sua interpretação da guerrilha, contudo, era distinta daquela aplicada no Vietnã, especialmente considerando sua aplicação no continente americano, com todas as suas especificidades. Dizia ele: “A luta de massas foi utilizada durante todo o transcurso da guerra pelo partido vietnamita. Foi utilizada, em primeiro lugar, porque a guerra de guerrilhas não é senão uma expressão da luta de massas e não se pode pensar nela quando isolada de seu meio natural, que é o povo; a guerrilha significa, neste caso, o avanço numericamente inferior da grande maioria do povo que não tem armas mas que expressa em sua vanguarda a vontade do triunfo”. Em cada região, portanto, as forças revolucionárias deveriam aplicar a melhor forma de luta para conseguir seus objetivos.

No continente, o maoísmo teria sua maior expressão no Peru, com o Sendero Luminoso, ainda que este fosse um maoísmo bastante diferente do original. Afinal, os dirigentes do Sendero diziam que sua organização era inspirada em Marx, Lênin, Mao, Mariátegui e nas idéias de seu líder máximo, Abimael Guzmán. Uma mistura certamente surrealista, e que ia contra tudo o que acreditavam seus inspiradores, com exceção do próprio líder, Guzmán, que conseguiu fazer uma interpretação muito pessoal e completamente absurda do ideário de teóricos como Marx e Mariátegui, sendo responsável pelo massacre de milhares de pessoas, especialmente durante os anos 1980, época mais importante de sua atuação política e militar.



Em outros países, como o Equador, os maoístas tiveram menos influência. Ainda assim, guerrilhas, como o Sol Vermelho, inspiradas no ideário de Mao Tsé-tung, surgiram, sem contudo, ter nenhum sucesso.

A teoria revolucionária mais influente na região, durante os anos 1960, foi, contudo, a do “foco” guerrilheiro, defendida por Guevara e Debray, que tentaram, de alguma forma, aproveitar a experiência cubana e generalizar suas “leis” para todo o continente.

Para eles, a teoria do foco guerrilheiro seria um *método*, talvez até mesmo a única e ideal forma de luta revolucionária no continente. De acordo com Guevara, “toda a ação política começa com uma forma particular que conduz a outras ou as elimina em seguida. A da luta armada na América Latina é a *força móbil estratégica*, o “foco” constituído por um pequeno grupo de guerrilheiros que, trabalhando em completa clandestinidade, inicia a luta armada contra os destacamentos do exército regular e procura seduzir as massas camponesas com os seus sucessos”. Ainda: “A característica fundamental de uma guerrilha é a mobilidade que lhe permite encontrar-se, em poucos minutos, longe do lugar de ação, e, se for necessário, em poucas horas longe da zona de operação. Essa mobilidade permite-lhe ainda mudar constantemente de frente e evitar o cerco”. E então: “Uma outra característica essencial do guerrilheiro é a sua faculdade de se adaptar a todas as circunstâncias e transformar todos os incidentes em vantagens. Em face da rapidez dos métodos de combate clássico, o guerrilheiro improvisa a sua própria tática em cada instante de luta e surpreende constantemente o adversário”.

Na concepção de Guevara e Debray, não seria necessário um trabalho político e ideológico prévio nas massas rurais, já que o próprio foco guerrilheiro iria inculcar na população uma consciência política durante o processo revolucionário. Ou seja, a propaganda armada *segue* a ação militar, e não o contrário.



Estes teóricos também acreditavam que não poderia haver qualquer subordinação da guerrilha a partidos situados na capital. A dependência significaria subordinação política, que acarretaria, em última instância, em perdas no campo militar. Por isso, os grupos guerrilheiros teriam a necessidade de ter completa independência. A guerrilha seria, portanto, para eles, um partido em gestação. Dizia Debray que “o exército popular será o núcleo do partido e não o inverso... É por isso que é preciso desenvolver a guerrilha para que ela se torne a vanguarda política”.

Este autor dava muita importância aos aspectos militares e até mesmo à tecnologia (como o uso do rádio, por exemplo), deixando que o fator político fosse *demasiadamente* vinculado ao militar. Para ele, a guerrilha no continente seria uma necessidade.

O fato é que, com o aparecimento de diversas ditaduras militares na região (em países como o Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia, por exemplo), os partidos de esquerda, em geral pequenos e clandestinos, começaram a intensificar seu trabalho político de resistência. Nos anos 1960 e 1970, também surgiram muitos grupos guerrilheiros de inspiração marxista. No Brasil, o PCB se cindiu, formando o PC do B. Mais tarde, apareceu o PCBR. Isso para não falar de numerosos grupos revolucionários, como a VPR, a POLOP, a COLINA, o MRT, o MR-8, a ALN, entre alguns outros. É claro que aí a grande influência política da época era a da revolução cubana e a teoria do foco guerrilheiro.

No Brasil, as obras de Che Guevara, Régis Debray, Frantz Fanon, Paul Sweezy, Paul Baran, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Charles Bettelheim e muitos outros, eram lidas e discutidas em debates acalorados, e influenciaram toda uma geração de militantes políticos. Muitos daqueles ativistas viriam a se tornar, mais tarde, membros do atual governo de nosso país.

Para o teórico e dirigente trotskista Nahuel Moreno, o castrismo, em comparação com o maoísmo, teria um caráter mais dinâmico, menos provinciano, nacional, burocrático e bonapartista. Ele



dizia que “o stalinismo é uma conseqüência contra-revolucionária sobre uma revolução operária triunfante. O maoísmo é produto de uma combinação circunstancial de contra-revolução stalinista e do desenvolvimento desigual do movimento de massas chinês. O castrismo é uma conseqüência direta do ascenso revolucionário mundial”. Uma opinião tendenciosa, mas que é representativa de uma corrente que muito discutiu a revolução internacional, certamente.

A experiência do socialismo no Terceiro Mundo terminou de forma melancólica, e em alguns casos, trágica.

No Chile, o governo democraticamente eleito do socialista Salvador Allende acabou em 1973, com o golpe militar de Augusto Pinochet.

A teoria do foco guerrilheiro sofreu um forte revés e nunca mais teve a mesma força depois do assassinato de Che Guevara na Bolívia, em 1967. Régis Debray, o principal defensor deste “método”, que estava preso naquele país, acusado de participar da guerrilha, foi solto alguns anos depois e ao longo do tempo, foi mudando sua postura política, fazendo críticas a Che e Fidel, à revolução cubana e às suas próprias idéias, tornando-se bastante conservador.

Pensadores como Marcuse, Sartre e Althusser, muito populares e discutidos nos anos 1960 e 1970, foram aos poucos perdendo sua proeminência nos meios acadêmico, estudantil e partidário, e começaram a ser considerados antiquados e até mesmo, ultrapassados.

Na África, o resultado de anos de guerras civis, pobreza, burocratização, incompetência administrativa e exploração resultaram em catástrofes humanitárias, genocídios, aumento da miséria e o fim de qualquer ilusão de construção de um “socialismo” que merecesse esse nome.

O Camboja acabou esfacelado, assim como o Vietnã, que aos poucos foi transitando ao capitalismo, até estreitar fortes laços econômicos com os Estados Unidos.



As guerrilhas da Guatemala, Honduras e El Salvador, muito atuantes durante décadas, não conseguiram tomar o poder por causa do enorme apoio econômico e militar dos Estados Unidos aos governos de direita daqueles países. O resultado das guerras civis foi pauperização geral, populações deslocadas e massacres de milhares de civis inocentes.

Na Nicarágua, mesmo com o apoio de Cuba e da União Soviética, o governo revolucionário sandinista teve de enfrentar anos de luta dos *contras* (grupos financiados e armados pelos norte-americanos), que fizeram de tudo para acabar com a experiência socialista naquele país. Em 1990, depois de muita pressão, os sandinistas aceitaram realizar eleições presidenciais democráticas e perderam o poder.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da URSS, em 1991, poucos países socialistas restaram.

A Coreia do Norte tenta se manter firme com seu Estado autocrático e burocratizado. Investindo excessivamente no campo militar e num programa nuclear obsoleto, mas sem nenhum dinamismo econômico, não consegue resolver o sério problema da miséria crônica em que se encontra a maior parte da população do país.

A China continua com seu sistema de partido único, mas está muito distante do socialismo. Já é, na prática, um país capitalista. E em breve será, ao que tudo indica, uma superpotência econômica e militar, talvez até mesmo no nível dos Estados Unidos.

E Cuba, que tenta como pode manter seu sistema socialista, apesar de todas as suas limitações e dificuldades. Sem o apoio da URSS, teve de mudar o foco de sua forma de captação de divisas, investindo muito no setor de turismo. Com o apoio de Hugo Chávez, da Venezuela, tem conseguido preservar o regime e ter alguns índices econômicos favoráveis.



Cuba certamente já não é mais o mesmo exemplo de socialismo tão almejado pelos militantes dos diversos países da América Latina. Seus projetos e suas prioridades certamente mudaram. Também dá a impressão de estar transitando rapidamente para o capitalismo. Ainda assim, continua se considerando socialista, mesmo que seja no discurso.